



ESP – Exames Sem Papel



EXAMES SEM PAPEL

Normas técnicas necessárias para a adaptação dos sistemas de prestação ao disposto no Despacho n.º 6532/2019

Este trabalho não pode ser reproduzido ou divulgado, na íntegra ou em parte, a terceiros nem utilizado para outros fins que não aqueles para que foi fornecido sem a autorização escrita prévia ou, se alguma parte do mesmo for fornecida por virtude de um contrato com terceiros, segundo autorização expressa de acordo com esse contrato. Todos os outros direitos e marcas são reconhecidos.

Os direitos de autor deste trabalho pertencem à SPMS e a informação nele contida é confidencial.

As cópias impressas não assinadas representam versões não controladas



| | |
|---------|------------|
| Data: | 30-08-2019 |
| Ref.ª | ESP |
| Versão: | 1.0 |

Índice

| | |
|--|----|
| Índice | 2 |
| Acrónimos | 4 |
| Introdução | 5 |
| 1 Prescrição por meios eletrónicos..... | 6 |
| 1.1 Âmbito..... | 6 |
| 1.2 Modalidades de Prescrição Eletrónica | 6 |
| 1.3 Softwares de Prescrição | 6 |
| 1.4 Campos de prescrição eletrónica | 7 |
| 1.5 Especificidades da prescrição eletrónica..... | 7 |
| 1.6 Disponibilização ao utente da informação de prescrição de MCDT eletrónica | 7 |
| 1.7 Disponibilização ao utente da informação de pagamento da taxa moderadora | 7 |
| 1.8 Isento, não isento e dispensado..... | 8 |
| 2 Prestação de MCDT | 9 |
| 2.1 Preenchimento da Requisição por parte do Prestador | 9 |
| 2.2 Preenchimento da Informação necessária à obtenção do comprovativo do pagamento da Taxa Moderadora..... | 9 |
| 2.3 Especificações Técnicas das Mensagens Enviadas pelo Prestador | 10 |
| 2.4 Anulação da informação enviada | 10 |
| 2.5 Anulação da Efetivação | 10 |



SPMS^{EPE}
Serviços Partilhados do
Ministério da Saúde



**Normas técnicas necessárias para a adaptação dos
sistemas de prestação ao disposto no
Despacho n.º 6532/2019**

| | |
|----------------|------------|
| Data: | 30-08-2019 |
| Ref.ª | ESP |
| Versão: | 1.0 |

Controlo de Versões

| Versão | Data | Autores | Revisores | Alterações | Aprovação |
|--------|------------|--------------|-----------|--|-----------|
| 1.0 | 30-08-2019 | ACSS SPMS | | Criação do documento | NA |
| 1.1 | 14-11-2019 | SPMS | | Cap. 2.2 – Correção de erro existente na versão anterior | |



Acrónimos

| Abreviatura | Descrição |
|-------------|---|
| ACSS | Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. |
| ARS | Administração Regional de Saúde |
| BDNR | Base de Dados Nacional de Requisições |
| CC | Cartão do Cidadão |
| CSP | Cuidados de Saúde Primários |
| DGS | Direção-Geral da Saúde |
| EFR | Entidade Financeira Responsável |
| ESP | Exames Sem Papel |
| MS | Ministério da Saúde |
| NA | Não Aplicável |
| NIPC | Número de Identificação de Pessoa Coletiva |
| NNU | Número Nacional de Utente |
| RNU | Registo Nacional de Utentes |
| SMS | <i>Short Message Service</i> |
| SNS | Serviço Nacional de Saúde |
| SPMS | Serviços Partilhados do Ministério da Saúde |
| ULS | Unidade Local de Saúde |



| | |
|---------|------------|
| Data: | 30-08-2019 |
| Ref.ª | ESP |
| Versão: | 1.0 |

Introdução

Este documento define um conjunto de regras e orientações aplicável a todas as entidades prestadoras de MCDT no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), tendo como principal objetivo a uniformização do processo de prestação, nomeadamente no que concerne ao comprovativo de pagamento da Taxa Moderadora, decorrente das adaptações impostas pelo Despacho n.º 6532/2019.

Foi determinada a substituição do modelo da Guia de Prestação para o Utente resultante da prescrição por via eletrónica, então em vigor, pelo que se encontra legislado pelo Despacho n.º 6916/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 137, de 18 de julho de 2018.

Nos termos previstos no Despacho n.º 6916/2018, a prova de pagamento da taxa moderadora pode fazer-se mediante apresentação do destacável constante daqueles modelos ou através de outros meios eletrónicos que venham a ser definidos pela SPMS — Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), em articulação com a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.)

A este propósito importa referir que, para efeitos de imposto sobre os rendimentos das pessoas singulares, cabe aos estabelecimentos públicos de saúde que recebem importâncias relativas às taxas moderadoras pagas pelos sujeitos passivos, bem como as entidades dispensadas da emissão de fatura, fatura-recibo ou recibo, cujos montantes são considerados dedutíveis para efeitos do artigo 78.º -C do Código do IRS, comunicar esses valores à Autoridade Tributária, através de modelo oficial, aprovado pela Portaria n.º 201 -B/2015, de 10 de julho.

Nesse sentido, atendendo a que as taxas moderadoras não são elegíveis para efeitos de envio mensal dos ficheiros SAF-T (e-fatura), e que o comprovativo do pagamento apenas releva para efeitos de conferência das despesas de saúde aquando da apresentação, pelo utente, da declaração anual de rendimentos, a desmaterialização deste comprovativo permite não só cumprir o propósito a que se destina como também obter ganhos de eficiência para o SNS com a consequente redução de custos ambientais e económicos associados ao consumo de papel.

O atual modelo de Guia de Prestação ao integrar, em formato físico, o destacável do comprovativo de pagamento de taxa moderadora condiciona a possibilidade de desmaterialização integral do circuito documental de suporte, pelo que esta adaptação dos sistemas regulados pelas presentes Normas, visa permitir a total desmaterialização da prescrição e disponibilização ao utente por via eletrónica do comprovativo de pagamento da taxa moderadora.



| | |
|---------|------------|
| Data: | 30-08-2019 |
| Ref.ª | ESP |
| Versão: | 1.0 |

1 Prescrição por meios eletrónicos

1.1 Âmbito

Conforme estabelecido pela Portaria nº 126/2018, de 08 de maio, a prescrição de MCDT no âmbito dos CSP é efetuada por meios eletrónicos, através da utilização de soluções ou equipamentos informáticos reconhecidos pela SPMS, ou por esta disponibilizados aos estabelecimentos e serviços integrados no SNS e, destina-se a todas as entidades prescritoras de MCDT no âmbito dos CSP ou em cooperação com as Administrações Regionais de Saúde. O Despacho n.º 6532/2019 estipula que o modelo de Guia de Prestação para o Utente constante do anexo III do Despacho n.º 6916/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 137, de 18 de julho de 2018, é substituído pelo modelo em anexo ao referido Despacho, do qual faz parte integrante.

No entanto, atendendo a que a Guia de Prestação para o Utente é gerada centralmente e devolvida pela BDNR para impressão dos sistemas locais, **este Despacho e as presentes Normas não conferem quaisquer impacto para os sistemas prescritores**, independentemente de qual do tipo de prescrição, materializada ou desmaterializada.

1.2 Modalidades de Prescrição Eletrónica

Até que seja possível a total desmaterialização da prescrição, continuam a coexistir as duas formas de prescrição eletrónica:

- **Prescrição eletrónica desmaterializada**
- **Prescrição eletrónica materializada**

Ambas as prescrições ficam visíveis para as entidades prestadoras através da BDNR.

Pelas presentes normas e pelo Despacho n.º 6532/2019, apenas a Guia de Prestação para o Utente é impactuado, sendo o seu formato alterado. O modelo de Prescrição eletrónica materializada não sofre qualquer alteração.

1.3 Softwares de Prescrição

Os softwares atualmente conformes para a prescrição eletrónica de MCDT, não têm qualquer impacto com a publicação do Despacho n.º 6532/2019, atendendo a que a Guia de Prestação para o Utente é gerada centralmente e devolvida pela BDNR para impressão dos sistemas locais. **Os atuais serviços inerentes à prescrição de MCDT não sofrem qualquer alteração, o impacto ocorre nos sistemas a nível central**, pelo que as alterações são inócuas para os sistemas locais de prescrição.



| | |
|---------|------------|
| Data: | 30-08-2019 |
| Ref.ª | ESP |
| Versão: | 1.0 |

1.4 Campos de prescrição eletrónica

Os mesmos atualmente em vigor constantes do documento *Normas relativas à Prescrição e Prestação de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)*.

1.5 Especificidades da prescrição eletrónica

Os mesmos atualmente em vigor constantes do documento *Normas relativas à Prescrição e Prestação de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)*.

1.6 Disponibilização ao utente da informação de prescrição de MCDT eletrónica

O utente recebe a informação relativa à prescrição eletrónica desmaterializada de MCDT através dos meios atualmente em vigor, isto é, por SMS ou Guia de prestação e de acordo com as regras constantes do documento *Normas relativas à Prescrição e Prestação de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)*.

1.7 Disponibilização ao utente da informação de pagamento da taxa moderadora

Para os devidos efeitos e, consoante o tipo de prescrição, o utente dispõe dos seguintes meios para obtenção do comprovativo de pagamento da taxa moderadora:

- **Prescrição eletrónica desmaterializada** – o comprovativo do pagamento da taxa moderadora é disponibilizado na Área do Cidadão — Registo de Saúde Eletrónico, ou mediante solicitação ao Centro de Contacto do SNS24.
- **Prescrição eletrónica materializada** – sem alterações, ou seja, através do próprio destacável do documento.
- **Prescrição via manual** – sem alterações, ou seja, através do próprio destacável do documento.



| | |
|----------------|------------|
| Data: | 30-08-2019 |
| Ref.ª | ESP |
| Versão: | 1.0 |

1.8 Isento, não isento e dispensado

O Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, veio regular o acesso dos utentes às prestações de cuidados de saúde no SNS, no que respeita ao enquadramento do regime de pagamento de taxas moderadoras.

O atual regime legal considera as categorias de isenção e dispensa do pagamento de taxas moderadoras, sendo que:

- A isenção confere o direito ao não pagamento de taxas moderadoras em todas as prestações de saúde;
- A dispensa contempla, apenas, o não pagamento em prestações de saúde específicas.



| | |
|---------|------------|
| Data: | 30-08-2019 |
| Ref.ª | ESP |
| Versão: | 1.0 |

2 Prestação de MCDT

2.1 Preenchimento da Requisição por parte do Prestador

Não existem alterações no que respeita aos dados da Requisição, cujas regras estão em vigor e estão constantes do documento *Normas relativas à Prescrição e Prestação de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)*.

2.2 Preenchimento da Informação necessária à obtenção do comprovativo do pagamento da Taxa Moderadora

Dando cumprimento ao disposto no número 2 do Despacho n.º 6532/2019 e, com vista à disponibilização ao utente do comprovativo do valor de Taxas Moderadoras pagas, os sistemas prestadores devem estar adaptados para enviar estes elementos para integração na Base de Dados Central.

Para além das atuais regras de preenchimento de uma requisição de MCDT e, para os casos de prescrição desmaterializada ou materializada, o prestador deverá incluir e fornecer através de serviço próprio e disponibilizado para o efeito, o **comprovativo de pagamento da Taxa Moderadora**, que deve obrigatoriamente incluir os seguintes elementos:

- **Entidade Financeira Responsável** - entidade responsável pelo pagamento ao convencionado, nos termos do previsto no artigo 9º do Decreto-Lei nº139/2013, de 9 de Outubro, devendo conter informação relativamente à identificação e **NIPC respetivo da ARS ou ULS competente**.
- **NIF da Entidade Prestadora (NIPC)** –Número de Identificação de Pessoa Coletiva da Entidade Prestadora.
- **Nome do Utente** – Nome Completo do Utente.
- **NIF Utente** - Número de Identificação Fiscal do Utente.
- **Valor dos Serviços Prestados** – Total do Valor cobrado ao utente, que corresponde ao somatório das Taxas Moderadoras.
- **Valor por extenso**.
- **Data - Data de Execução** dos MCDT prestados.
- **Número da Requisição**.

Todos os campos são obrigatórios.



| | |
|---------|------------|
| Data: | 30-08-2019 |
| Ref.ª | ESP |
| Versão: | 1.0 |

À exceção do campo *Valor dos Serviços Prestados* que deve ser inserido pela entidade prestadora, todos os campos são pré-preenchidos pelo próprio sistema atendendo a que fazem parte da própria requisição. Devem no entanto ser confirmados através do próprio serviço.

Regras de utilização do serviço:

- Este serviço pode ser utilizado a qualquer momento, desde que o MCDT já se encontre Efetivado, ou seja, que o MCDT já tenha sido prestado e a efetivação comunicada à BDNR;
- O MCDT tem de ter sido realizado pelo mesmo prestador que está a comunicar a informação e não por outro prestador diferente;
- O serviço pode ser utilizado para comunicar taxas moderadoras cobradas para um lote de diferentes MCDT, independentemente da requisição a que pertencem;
- Pode ser enviada informação para um conjunto de requisições diferentes com diferentes MCDT **desde que para o mesmo utente;**
- **O mesmo registo não pode ter informação de utentes diferentes;**
- Cada registo deve ter informação da requisição a que corresponde, do MCDT realizado e identificação do utente, nomeadamente o NIF do utente que é um dado obrigatório, face ao fim a que se destina esta informação.

2.3 Especificações Técnicas das Mensagens Enviadas pelo Prestador

As Especificações Técnicas de suporte ao disposto pelo Despacho n.º 6532/2019 encontram-se disponíveis para consulta pública no site da SPMS Exames Sem Papel na área específica de *Especificações e Normas*. A SPMS compromete-se a informar os prestadores sempre que exista uma alteração destas Especificações Técnicas.

2.4 Anulação da informação enviada

Para retificação da informação enviada pelo prestador, deve ser utilizado o serviço de Anulação da informação enviada.

A anulação só será permitida para o lote enviado, ou seja, anula todos os registos enviados para o mesmo utente no mesmo processamento.

As especificações técnicas encontram-se disponíveis para consulta pública no site da SPMS Exames Sem Papel na área específica de *Especificações e Normas*. A SPMS compromete-se a informar os prestadores sempre que exista uma alteração destas Especificações Técnicas.

2.5 Anulação da Efetivação



SPMS EPE
Serviços Partilhados do
Ministério da Saúde



**Normas técnicas necessárias para a adaptação dos
sistemas de prestação ao disposto no**

Despacho n.º 6532/2019

| | |
|----------------|------------|
| Data: | 30-08-2019 |
| Ref.ª | ESP |
| Versão: | 1.0 |

O serviço de Anulação da Efetivação vai ser alterado para inclusão de novas regras, na medida em que não pode ser possível a anulação de um MCDT que já esteja no estado de Efetivado e para o qual tenha sido comunicado valor de Taxa Moderadora Cobrada.

Neste caso, terá de ser previamente efetuada a anulação do valor de Taxa Moderadora informado, para ser anulada a efetivação.

As especificações técnicas encontram-se disponíveis para consulta pública no site da SPMS Exames Sem Papel na área específica de *Especificações e Normas*. A SPMS compromete-se a informar os prestadores sempre que exista uma alteração destas *Especificações Técnicas*.